



UEPB
Universidade
Estadual da Paraíba

CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

LINHA DE PESQUISA

PODER LOCAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

LENILMA VIEIRA DA COSTA SILVA

**O TERRITÓRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM VIAS
POLÍTICAS E SOCIAIS: Um estudo de caso do Município de
Logradouro/PB entre os anos de 2005 a 2015.**

GUARABIRA/PB

2016

LENILMA VIEIRA DA COSTA SILVA

**O TERRITÓRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM VIAS
POLÍTICAS E SOCIAIS: Um estudo de caso do Município de
Logradouro/PB entre os anos de 2005 a 2015.**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Coordenação do Curso de Graduação em Geografia, como requisito parcial para a obtenção do título em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

GUARABIRA/PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586t Silva, Lenilma Vieira da Costa
O território do Programa Bolsa Família em vias políticas e sociais: [manuscrito]: um estudo de caso do município de Logradouro/PB entre os anos de 2005 a 2015 / Lenilma Vieira da Costa Silva. - 2016.
53 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Belarmino Mariano Neto, Departamento de Geografia".

1. Programas Sociais. 2. Pobreza. 3. Território. 4 Programa Bolsa Família. I. Título.

21. ed. CDD 910



UEPB

Universidade
Estadual da Paraíba

CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

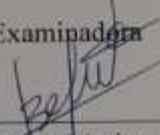
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

LENILMA VIEIRA DA COSTA SILVA

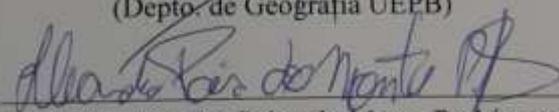
**O TERRITÓRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM VIAS
POLÍTICAS E SOCIAIS: Um estudo de caso do Município de
Logradouro/PB entre os anos de 2005 a 2015.**

TCC aprovado em 27 de Maio de 2016.

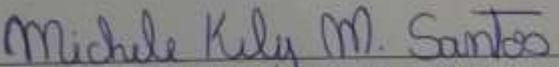
Banca Examinadora



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto
(Depto. de Geografia UEPB)



Prof. Ms. Leandro Paiva do Monte Rodrigues
(Depto. de Geografia UEPB)



Prof. Mestranda Michele Kely Moraes Santos
(Depto. de Geografia UEPB)

GUARABIRA

2016

Dedico este trabalho a Deus, meu pai Luís, minha mãe Maria da Paz, esposo José Severino, e minhas irmãs Lidiane e Lidineide.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, por tamanha fé que em meio às tribulações me fez acreditar que era possível. Também a minha família, principalmente aos meus pais, a quem dedico todo o meu sucesso, pois apesar de pessoas simples, sempre estiveram ao nosso lado, incentivando e apoiando, nos fazendo acreditar que era possível.

Em especial ao meu esposo, pelo incessante apoio, carinho, amor e paciência em todo o momento.

As minhas irmãs Lidiane e Lidineide, de quem sempre tenho como apoio, e a quem dedico minha admiração constante.

As minhas companheiras Edilane, Josinalva, Mislene e Taís, as quais compartilharam minha amizade, alegrias, frustrações, expectativas e atividades, por todo o empenho em ajudar sempre que necessário.

A todos os meus colegas da turma 2011.2, que caminharam em meio a todas as frustrações, mais sempre estiveram presentes.

As minhas companheiras de trabalho, em especial Edjane, que sempre esteve ao meu lado, e sabe de tudo que passei para que pudesse alcançar meus objetivos.

A alguns professores que marcaram a trajetória na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus III, que plantaram suas sementes e souberam cultivar dia a dia, que proporcionaram não apenas conhecimento, mais autoconfiança.

A Belarmino Mariano Neto, que de forma simples, se dispôs a me orientar, e assim me proporcionar mais conhecimento sobre o tema, e por acreditar na minha capacidade.

As instâncias do município de Logradouro/PB, que me proporcionaram a experiência no setor do Programa Bolsa Família.

Aos beneficiários do PBF de Vila Nova Descoberta e da cidade, que me auxiliaram nas entrevistas, conversas informais, com quem muito aprendi.

A todos os colegas do ônibus (Caiçara e Logradouro), que em meio tantas dificuldades sempre se manterá unidos por um bem em comum.

Enfim, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para minha formação acadêmica, em Licenciatura Plena em Geografia.

Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.

Mahatma Gandhi

043 – Licenciatura Plena em Geografia

Título: O TERRITÓRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM VIAS POLÍTICAS E SOCIAIS: Um estudo de caso do Município de Logradouro/PB entre os anos de 2005 a 2015.

Autora: Lenilma Vieira da Costa Silva

Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Examinadores: Prof^a. Mestranda. Michele Kely Moraes Santos

Prof. Ms. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

RESUMO

A pesquisa buscou analisar o Programa Bolsa Família (PBF), como um estudo de caso do Município de Logradouro/PB entre os anos de 2005 a 2015. Essa escolha se deu em função da experiência pessoal da pesquisadora, enquanto servidora pública municipal e acompanhante direta do PBF, tendo acesso ao banco de dados, aos beneficiados e ao funcionamento do programa, atendimento destinado as comunidades tanto rurais quanto urbanas. Os objetivos específicos traçados deram conta de: Identificar o funcionamento do PBF na esfera municipal a partir da Secretaria de Assistência Social; estudar a concepção de pobreza, extrema pobreza e de fome; diagnosticar os territórios criados por esta política pública na esfera do município estudado e verificar as benfeitorias e os percalços existentes do PBF, relacionando com os fatos históricos do Brasil. A base teórica e metodológica do estudo foi ancorada em documentos oficiais do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS/Logradouro); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); além de autores que abordam a questão territorial, cidadania, PBF, fome e pobreza, políticas públicas, como Souza (2000), Santos (1994, 2000, 2001, 2007), Castro (2007), Gohn (2011), Carvalho (2008), Carniello (2016), Raffestin (1993) Mariano Neto (2006), entre outros. O método de pesquisa consistiu na observação para análise social do PBF, de maneira qualitativa, quantitativa e através de entrevistas. A pesquisa apresentou dados relacionados à pobreza do município, relatando a importância deste programa de transferência de renda, para cidades de pequeno porte como Logradouro, bem como para a toda população brasileira que faz uso desses recursos federais atribuídos a população carente. Em linhas gerais concluiu-se que o PBF modificou as condições de vida das famílias beneficiadas, dando uma maior segurança alimentar, além de estimular seus filhos a escolarização.

Palavras-Chave: Programa Bolsa Família, Território e Pobreza.

043 – Licenciatura Plena em Geografia

Titulo: O TERRITÓRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM VIAS POLÍTICAS E SOCIAIS: Um estudo de caso do Município de Logradouro/PB entre os anos de 2005 a 2015.

Autora: Lenilma Vieira da Costa Silva

Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Examinadores: Prof^a. Mestranda Michele Kely Moraes Santos

Prof. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

ABSTRACT

The research sought to analyze the Bolsa Família Program (PBF), as a case study of the Municipality of Logradouro / PB between the years 2005 to 2015. This choice was due to the staff of researcher experience as municipal public servant and direct escort PBF, having access to the database, the benefit and operation of the program, the service for both rural and urban communities. The specific objectives outlined realized: Identify the operation of the PBF at the municipal level from the Department of Social Services; study the design of poverty, extreme poverty and hunger; diagnose the territories created by this public policy in the municipal sphere studied and verify the improvements and existing PBF mishaps, relating to historical facts of Brazil. The theoretical and methodological basis of the study was anchored in official documents of the Ministry of Social Development (MDS), the Municipal Department of Social Services (SMAS / Logradouro); Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE); as well as authors that address the territorial issue, citizenship, PBF, hunger and poverty, public policies, as Souza (2000), Santos (1994, 2000, 2001, 2007), Castro (2007), Gohn (2011), Carvalho (2008) Carniello (2016), Raffestin (1993) Mariano Neto (2006), among others. The research method was observation for social analysis of PBF, in a qualitative manner, quantitative and through interviews. The survey presented data related to the municipality of poverty, reporting the importance of this income transfer program for small cities like Logradouro as well as for the entire Brazilian population that makes use of these federal resources allocated to poor. In general it was concluded that the PBF changed the living conditions of the families, giving greater food security, and to encourage their children to school.

Keywords: Bolsa Família Program, Territories and Poverty.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Localização Geográfica da Cidade de Logradouro/PB.....	20
Figura 02	Pirâmide de Ascensão Social. O maior legado dos governos Lula e Dilma.....	37
Figura 03	Extensão Territorial de Logradouro.....	40
Figura 04	Rua da Unidade Básica de Saúde – UBS.....	40
Figura 05	Continuação da Rua da UBS.....	41
Figura 06	Casa dos Conjuntos.....	41
Figura 07	Conjunto do Projeto de Habitação.....	41
Figura 08	Área verde, junto ao Calçamento, demarcada para loteamentos.....	44
Figura 09	Áreas de Loteamento, onde se encontram os postes.....	45
Figura 10	Centro da Cidade de Logradouro.....	46
Figura 11	Prefeitura Municipal.....	46

GRÁFICOS

Gráfico 01	Famílias Residentes nas Áreas Urbana e Rural – Censo Demográfico 2010.....	21
Gráfico 02	Beneficiários do PBF no Município de Logradouro.....	34
Gráfico 03	Despesas Realizadas com o Valor Recebido pelo PBF/Mensal.....	42
Gráfico 04	O que é ser pobre para os beneficiários do PBF/Vila Nova Descoberta/Logradouro.....	45

QUADROS

Quadro 01	Escolas Municipais, Estadual e Creche que ofertam os níveis de ensino no Município.....	22
Quadro 02	Dados do Censo Demográfico 2010/Logradouro.....	22
Quadro 03	Resultados das Entrevistas Conversas Informais/Beneficiários do PBF.....	43
Quadro 04	Despesas Realizadas pelos beneficiários da Área Urbana.....	47

LISTA DE SIGLAS

BR – Brasil (site brasileiro)

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais

CAERN – Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte

CEF – Caixa Econômica Federal

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GOV – Governo (sites governamentais)

HAB – Habitantes

HTTP – Hypertext Transfer Protocol, “Protocolo de Transferência de Hipertexto”

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

KM – Quilômetros

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MPAS/SAS – Ministério do Trabalho e Previdência Social

NIS – Número de Identificação Social

PB – Paraíba

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PML – Prefeitura Municipal de Logradouro

PSF – Programa Saúde da Família.

PT – Partido dos Trabalhadores

R\$ - Real

RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

RN – Rio Grande do Norte

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SIBEC – Sistema de Benefícios ao Cidadão

SMAS – Secretaria Municipal da Assistência Social

SME – Secretaria Municipal de Educação

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UBS – Unidade Básica da Saúde

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

WWW – World Wide Web (Rede de Alcance Mundial)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. CARACTERIZAÇÃO GEOGRAFICA DA CIDADE DE LOGRADOURO – PB	20
2.1 Dados Gerais.....	21
3. ELEMENTOS TEÓRICOS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1A Implementação Dos Programas Sociais De Transferência De Renda No Brasil.....	27
3.2 Condicionalidades, Focalização Às Famílias Pobres E De Extrema Pobreza.....	30
3.3 Materiais E Métodos.....	32
4. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM LOGRADOURO/PB, RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	35
4.1 PBF No Povoado De Vila Nova Descoberta.....	39
4.2 PBF Na Zona Urbana De Logradouro/PB.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	

INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado da experiência profissional, exercida nas instâncias competentes da Prefeitura Municipal de Logradouro/Paraíba, especificamente na Secretaria de Assistência Social, setor do Programa Bolsa Família (PBF). Onde a partir da convivência com a população beneficiada, surgiu a necessidade de analisar o Programa Bolsa Família no contexto territorial do município de Logradouro/PB enquanto um programa de transferência de renda para populações carentes. Nesse sentido definimos como áreas de atuação, duas localidades, sendo uma na zona rural (povoado de Vila Nova Descoberta) e a zona urbana, pois se trata de uma pequena cidade, possuindo mais localidades beneficiadas com o PBF, porém, as aqui destacadas representam significativa parcela da população.

Contudo, compõem-se assim questionamentos sequenciais a partir da criação deste programa, bem como seu funcionamento que, além de assistir à população que se encontra na situação de vulnerabilidade, vincula-se a política (Partidária) e/ou de governos em exercício, provocando concepções que subtrai a importância deste programa. Deste modo, analisar territorialmente em vias políticas e sociais o Programa Bolsa Família se faz relevante, verificando suas benfeitorias e os percalços existentes na sociedade atual, considerando também os critérios adotados por estas políticas, tal como as linhas de pobreza aferidas.

Traçamos especificamente os seguintes itens: a) Identificar o funcionamento do Programa Bolsa Família na esfera municipal a partir da Secretaria de Assistência Social em Logradouro/PB; b) Estudar a concepção de pobreza, extrema pobreza e de fome; c) Diagnosticar os territórios criados por esta política pública na esfera do município estudado e; d) Verificar as benfeitorias e os percalços existentes do Programa Bolsa Família, considerando sempre diante do exposto, os fatos históricos do Brasil..

A análise do Programa Bolsa Família (PBF) em vias políticas e sociais veio com o intuito de compreender até que ponto uma política pública pode influenciar politicamente uma população, como a do Brasil, e quais são as reais melhorias que esta proporciona para a vida do cidadão. Assim, pretende-se então, conhecer os avanços a partir da criação do PBF, investigando, buscando dados que possam afirmar as relevantes propagações influenciadas por este programa.

Todavia, afirma Diniz (2007), que até a constituição de 1988, havia certo descaso com as políticas sociais, as poucas questões existentes eram mediante a previdência e ao trabalho,

e que seus objetivos não supria as necessidades dos trabalhadores. Do mesmo modo, hoje, observamos muitas melhorias, existindo setores que ainda estão avançando, mais que tem emergido com intuito de beneficiar a classe popular, como o PBF, favorecendo a população a adquirir uma renda mínima para sua sobrevivência.

Nesse sentido, pretendeu-se com esta pesquisa trazer contribuições para o conhecimento da realidade local, considerando os aspectos históricos do nosso país, expressando a realidade através de dados quantitativos e qualitativos. Onde proferimos dados do município, obtidos através da Secretária Municipal de Assistência Social, sites governamentais e da realidade local, que foi mola propulsora para que esta pesquisa se efetivasse.

A partir dos dados levantamos preliminarmente algumas suposições acerca do PBF, foram suscitadas, entre elas: Até que ponto os programas assistenciais de transferência de renda, surtem o efeito esperado pelos governos? Será que uma família consegue sobreviver com em média de R\$: 154,00 (cento e cinquenta reais) por pessoa, em percentual de rendimento previsto pelo PBF? Os territórios criados a partir do PBF representam algum tipo de autonomia para os beneficiários, ou simplesmente criam uma completa dependência econômica perante os governos?

O território enfatizado é compreendido com a perspectiva das relações de poder, pois se concebe nos programas sociais, como o PBF, a relação de quem domina ou influencia nesse espaço (SOUZA, 2000). Dentro desta ótica, observamos os territórios criados a partir deste programa social, que vai influenciar deste o comércio local, a relação entre as pessoas, entre entes Federal, Estadual e Municipal, adquirindo uma dinâmica diferenciada para os beneficiários, que podemos chamar de território do PBF.

Entre os diferentes autores que trabalham com a noção de território, escolhemos Santos e Silveira (2001), por fazer uma discussão extremamente atual na perspectiva do Brasil, território e sociedade, em que os autores além de organizadores de dezenas de pesquisas, também abriram espaço em sua obra para dezenas de outros autores que tratam do tema. Foi possível percebermos que a noção de território dos mesmos, esta diretamente relacionada a ideia de controle, domínio e poder sobre o espaço geográfico, em que se articula com programas ou políticas governamentais que ora atendem aos interesses do capital e ora atende aos interesses de grupos sociais, econômicos e políticos.

Santos (1994, 2000), em suas obras “Território, Globalização e Fragmentação”, bem como, “Por uma outra Globalização”, nos trás uma nova noção de território do capital, em que as grandes corporações, empresas multinacionais e transnacionais, controlam a vida econômica em diferentes lugares e dimensões tempos-espaciais. Suas análises nos permite entender o quanto o processo de globalização, encontra-se inserido em uma macroeconomia de mercado, politicamente atrelada aos interesses neoliberais. Esse tipo de território, nega ou desvaloriza todo e qualquer programa ou política que beneficie as populações mais pobres, pois no cerne da questão, esta em jogo um forte acúmulo de capital, marcado pelo monopólio de grandes empresas. Os estados são diminuídos e o papel de atendimento a sociedade é relegado ao segundo ou terceiro planos.

Muitos teóricos colocam a ideia de território na perspectiva concreta, dentro de uma ordem em que se disputa o controle do espaço. A ideia aqui é percebermos que o território também pode ser entendido dentro da subjetividade, pois em se tratando do Programa Fome Zero, e dentro dele o Programa Bolsa Família, instalados nos governos Lula e seguidos nos governos Dilma Rousseff, houve uma significativa ampliação do acesso a renda mínima, para populações carentes, que ressignificou o espaço de poder e acesso das populações pobres aos bens de consumo alimentar e de higiene que lhes era difícil diante dos baixos salários, desemprego e subemprego nas camadas populares.

Com a instalação do PBF em escala nacional, diretamente atrelado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, com a distribuição de competências gerenciais por parte das Secretarias estaduais e municipais de Assistência Social, de maneira tripartite, o território, como uma definição e ordem e organização dos Estados Modernos. Notadamente, se percebe que a subjetividade territorial ganha significado na realidade social.

O tecido humano beneficiário de políticas de inclusões sociais, econômicas e culturais fundamenta o nosso entendimento para a ideia de território da cidadania, ganha forma e dimensão na vida real das pessoas. Isso é possível de ser percebido na área de pesquisa, quando a Secretária de Assistência Social de Logradouro, estabelece uma estrutura administrativa exclusivamente para atender aos beneficiários do PBF, com: a) Cadastro único, com a geração do Número de Inscrição Social (NIS), para acesso aos programas do governo federal e Bolsa Família; b) Triagem das famílias que se encaixam nos padrões exigidos pelo MDS; c) Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), que acompanha a aprovação das famílias beneficiadas, a geração de folhas de pagamento, bloqueios, cancelamentos,

calendários operacionais, entre outras atividades e d) o projeto presença, que é o acompanhamento obrigatório da frequência escolar, dos filhos dos beneficiados do PBF.

Assim, não podemos definir todo território criado para atender as famílias beneficiárias do PBF, sem pensar nos fatores políticos que contribuem para que este território seja arquitetado, pois o PBF, atualmente tornou-se um programa que possuem uma relevante parcela da sociedade beneficiária. Sendo muitas vezes utilizado para cunho político e partidário, principalmente em eleições presidenciais, onde seu efeito político torna-se mais evidente, buscando medidas neste sentido para a conquista do eleitorado.

A outra noção de território dentro da perspectiva da cidadania é o que os beneficiários do PBF fazem com os recursos distribuídos pelo Governo Federal circule no local, em especial nas cidades pequenas e médias, em que existe uma pequena e pouca circulação de recursos financeiros. Nesse caso, todas as datas em que os recursos são liberados, passa existir uma nova dinâmica econômica na vida das cidades, pois os mercadinhos e mercearias, panificadoras e farmácias, além de pequenas lojas de conveniências, tecidos e roupas, que passam a estimular as famílias ao acesso aos bens de consumo mais imediato e necessário ao dia-a-dia humano. O território em si, é redimensionado a partir de programas como o PBF.

Com relação à pesquisa, podemos perceber que hoje existe uma nova conjuntura, tanto econômica quanto política, que desempenha a atribuição social capaz de elucidar o que encontramos nos dias atuais, uma população que cada vez mais se associa, se integra em movimentos, sindicatos ou outros, que defendam seus direitos (GOHN, 2011).

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos, sendo a “*Introdução*” considerada como a primeira parte do trabalho, onde apresentamos os objetivos gerais, específicos, hipóteses levantadas, além das considerações empreendidas por autores que abordam sobre esta temática, tornando a análise mais precisa para o desenvolvimento do estudo de caso.

No capítulo dois tratamos de descrever o município no qual se deu o estudo de caso, fazendo a “*Caracterização Geográfica da Cidade de Logradouro/PB*” com foco para sua localização, caracterização geohistórica e dados censitários e de qualidade de vida da população, prezando principalmente os fatores sociais.

O terceiro capítulo versou sobre os “*Elementos Teóricos, Procedimentos Metodológicos*” da pesquisa, além de um breve histórico do nosso país, relevando a implantação de políticas públicas, que deriva os programas de transferência de renda. Quais

os fatores que desencadearam esses programas, os requisitos estabelecidos pelas instâncias competentes para o alcance do PBF e seus territórios concebidos.

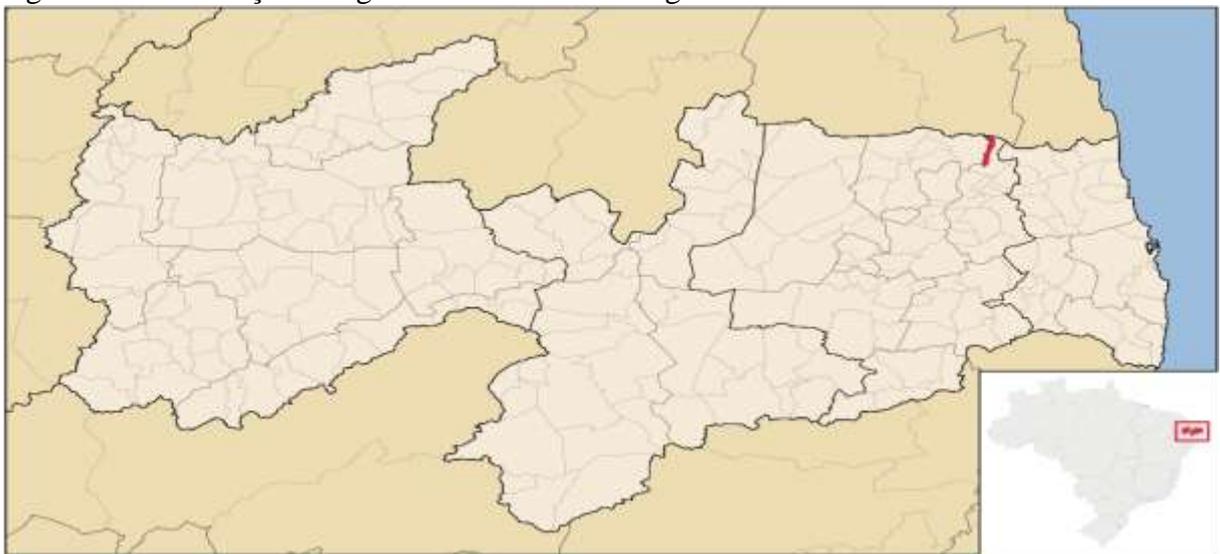
No capítulo quatro apresentamos os resultados e discussões inicialmente com uma reflexão sobre a geografia da fome e a pobreza a partir de autores como: Josué de Castro, Milton Santos, contextualizando com perspectivas de Carniello (2016) e Gohn (2011) entre outros, que contribuem com dados históricos e atuais do país. Em seguida tratamos da área de Vila Nova Descoberta e a área urbana do município, relatando fatos obtidos através da pesquisa, considerando os resultados colhidos, tanto em pesquisas de gabinete e trabalhos de campo. Nesse momento foram considerados na pesquisa tanto os dados quantitativos, quanto as interpretações qualitativas, em que os beneficiados pelo PBF puderam ser ouvidos e registrados os seus respectivos depoimentos.

Para finalizar, apresentamos algumas considerações sobre a relevância desta pesquisa, destacando os pontos mais importantes, bem como os objetivos atendidos. Destacando brevemente a inferência deste programa de transferência de renda que se faz tão necessário no cenário atual do país. Abordando a ótica dos beneficiários, que fazem uso deste programa e que de forma mais eficaz, compreende os pontos mais relevantes deste benefício.

2. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE DE LOGRADOURO/PB.

A cidade de Logradouro está localizada na região do Nordeste brasileiro, no estado da Paraíba, Mesorregião do Agreste Paraibano, Microrregião de Guarabira, no semi-árido, caracterizado pelo bioma caatinga, com uma área de 37, 996 km², densidade demográfica de 103, 75 hab./km². No censo demográfico de 2010 possuía 3.942 habitantes, 1.938 homens e 2.004 mulheres, compreendendo em 2015 uma estimativa de 4.254 hab. (IBGE, 2010).

Figura 01. Localização Geográfica da Cidade de Logradouro/PB.



Fonte: <http://www.logradouro.pb.gov.br/historia>

O histórico desta cidade encontra-se no site da Prefeitura Municipal de Logradouro, bem como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). As terras onde hoje está localizada Logradouro pertenciam aos índios Potiguaras, assim como a maioria das cidades da região de Guarabira/PB, antes da colonização, na qual posteriormente houve disputas dos colonizadores com o povo nativo, com o intuito de se apossar das terras (www.logradouro.pb.gov.br). Destaca-se também nesse período a divisão das terras, com sistemas (Capitanias Hereditárias e Sesmarias) utilizados que facilitaram a aquisição de terras, despontando assim os grandes proprietários existentes (DINIZ, 2005).

O povoamento deste município iniciou através das feiras dos municípios mais próximos, como de Anta Esfolada (Nova Cruz – RN) e Mamanguape/PB, pois os que vinham destas localidades passavam pelas terras (Sítios) onde se fundaria Logradouro, fazendo com que o comércio destas localidades se desenvolvesse. Além disso, também o que contribuiu de forma significativa para seu povoamento foi à inserção da estrada de ferro RFFSA (Rede

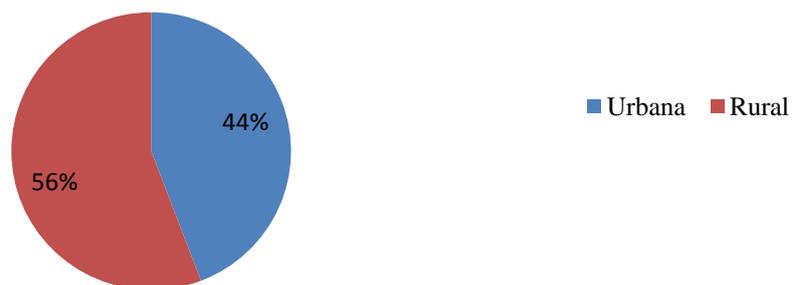
Ferrovária Federal Sociedade Anônima), e a instalação de uma usina multinacional de beneficiamento de algodão, que empregou grande parte da população naquela época (www.logradouro.pb.gov.br).

Ainda de acordo com dados históricos no site oficial do município, a emancipação ocorreu 29 de abril de 1994, pelo decreto estadual nº 5916, desvinculando-se do município de Caiçara/PB, sua primeira eleição aconteceu em 1996, assumindo os cargos, em 01 de Janeiro de 1997, Humberto Alves de Carvalho (Prefeito) e João Teixeira da Silva (Vice-Prefeito) e demais vereadores. Possui uma religiosidade de maioria católica, conservando como padroeiro da cidade São Sebastião (www.logradouro.pb.gov.br).

2.1 Dados Gerais

O município de Logradouro possui grandes extensões de terra na área rural, sendo sua área urbana menos extensa, observamos também que possuímos grandes proprietários de terra, onde suas propriedades abrangem significativa parcela das terras deste município, com terras voltadas para a pecuária extensiva e pastagens nativas. Isso caracteriza uma população predominantemente vivendo e trabalhando no campo (Gráfico 01):

Gráfico 01 - Famílias Residentes nas Áreas Urbana e Rural - Censo Demográfico 2010



Fonte: Gráfico elaborado (2016) pela autora Lenilma Vieira da Costa Silva com base em dados do IBGE. 2010.

No contexto geral, a pesquisa também revelou que existem muitos trabalhadores rurais em minifúndios, que compreende famílias de pequenos produtores rurais, que arrendam terra dos grandes proprietários para trabalharem suas lavouras, geralmente de milho e feijão. Essa é outra característica de antigas relações de produção tipicamente não capitalistas que ainda remanescem no território rural. Já a população urbana se dedica basicamente as atividades comerciais, serviço público municipal, aposentados oriundos das atividades rurais, enquanto

muitos moradores, apesar de possuir residência em Logradouro, se deslocam para atividades fora do município, trabalhando na construção civil e em outras atividades urbanas em cidades como João Pessoa e Natal.

A educação deste município está organizada da seguinte forma, nas localidades de Vila Nova Descoberta, Sítio Braga e na cidade, onde oferta todos os níveis de ensino correspondente a Educação Básica (Quadro 01):

Quadro 01. Escolas Municipais, Estadual e Creche que ofertam os níveis de ensino no Município.

Oferta de Escolas Municipais, Estadual e Creche		
Níveis de ensino	Nº de Escolas e Creche	Localidade
Creche	01	Cidade
Ed. Infantil	03	Vila Nova Descoberta, Sítio Braga e na Cidade.
Ens. Fundamental I	04	Vila Nova Descoberta, Sítio Braga e na Cidade (01 Municipal e 01 Estadual)
Ens. Fundamental II	03	Vila Nova Descoberta e na Cidade (01 Municipal e 01 Estadual)
Ensino Médio	01	Cidade (Estadual)
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	03	Vila Nova Descoberta e na Cidade (01 Municipal e 01 Estadual)

Fonte: Elaborado pela autora Lenilma Vieira da Costa Silva com base em dados da SME/Logradouro/PB, 2016.

De acordo como o Censo Demográfico de 2010, a educação deste município caracteriza-se desta maneira (no quesito de está matriculado, ou já havia frequentado), contabilizando a população que já teve contato com a escola, para ser alfabetizado, e também o quantitativo que nunca frequentou a escola ou creche, considerando os dados adquiridos através das pesquisas realizadas pelo IBGE, (Quadro 02):

Quadro 02. Dados do Censo Demográfico 2010/Logradouro

Educação/Pessoas	
População que frequentava creche ou escola.	1.213
População residente que não frequentava, mas já frequentou creche ou escola.	2.160
População residente que nunca frequentou creche ou escola.	569

Fonte: Elaborado pela autora Lenilma Vieira da Costa Silva com base em dados da SME/Logradouro/PB, 2016.

Assim, se faz perceptível que o número de pessoas que frequentam creche ou escola vem aumentando, trazendo novas perspectivas para o município, seguindo o pressuposto que os programas sociais vêm colaborando para que esta realidade se faça presente, através das condicionalidades na educação que as famílias têm por dever essencial cumpri-las.

As famílias desta localidade contam com três unidades básicas de saúde, na Vila Nova Descoberta, Sítio Braga e na cidade, que oferece os serviços básicos de saúde para todos os moradores. A perspectiva de vida vem aumentando, pois, de 2000 para 2010 a população idosa cresceu 2,92 em média ao ano, representando em 2010 13,7% dos habitantes, já a população de 0 a 14 anos obteve números negativos em relação ao contingente populacional, em 2000 representava 35,2% dos habitantes e em 2010 de 26,4%, podendo definir que tem nascido menos crianças. (MDS, Relatório Socioterritorial, 2013).

A população residente possui uma significativa parcela de pequenos agricultores, aposentados, servidores públicos, e principalmente famílias beneficiárias do PBF. De acordo com o Censo Demográfico IBGE (2010), o município de Logradouro possuía uma taxa de extrema pobreza relevante, somando 58,32 %, um percentual que ultrapassa do Estado da Paraíba que corresponde a 56, 25 %, em nível de região o Nordeste apresenta uma pequena diferença de 0,66 %, obtendo uma taxa de 57,66 %, e considerando o perfil brasileiro que apresenta um total de 30,33% (IBGE, 2010).

Nesse sentido, observa-se que o município possui a maioria de sua população em extrema pobreza, onde os programas sociais como o PBF são importantes para a população, principalmente para uma alimentação digna, acarretando outras melhorias como o acompanhamento da saúde e educação obrigatório, que ameniza parte de problemas antes existentes, como a evasão escolar, mortalidade infantil, entre outros. O município possui poucos habitantes mais com muitos aspectos a serem estudados, aqui nos deteremos com o PBF, por entender como é importante para cada habitante que se encontra em situação de vulnerabilidade este programa de transferência de renda.

Os dados levantados são relevantes para a pesquisa, pois Logradouro ainda se encontra entre os municípios brasileiros em que houve uma decadência das atividades rurais, sem que o espaço urbano conseguisse absorver a população rural. Fato elevou a população pobre a migrar em busca de trabalho, ou ainda ter que arrendar terra para o trabalho no campo. A falta de emprego e renda é fator chave para a implantação do PBF.

3. ELEMENTOS TEÓRICOS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente revisão literária tem como objetivo constatar a partir dos elementos teóricos, referências que torne possível uma melhor compreensão dos programas sociais, como o Programa Bolsa Família. Relatando alguns conceitos sobre território e fatores históricos que contribuíram para a implantação e distribuição destes programas de transferência de renda. Inicialmente tratamos do referencial teórico, que discorre sobre os aspectos essenciais para a apreensão do PBF, no segundo momento mencionamos os materiais e métodos que se fizeram necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

Percebe-se o território do PBF, como algo existente na subjetividade, nas relações adquiridas, seja no setor da economia local, política, em seu funcionamento, onde a partir da ação conjunta dos beneficiários territorializa e apropria-se dos espaços, concebendo uma relação de poder. Assim, de acordo com Raffestin (1993), apreende-se que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, P. 143).

De acordo com o autor supracitado, o território é criado e modificado pela sociedade que organiza-se de acordo com as relações estabelecidas, que influencia e é influenciado, que se materializa através das ações humanas. Por conseguinte Santos (1994, p. 16) afirma que “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.” Santos (2001), afirma que:

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas. (SANTOS, 2001, p. 248)

Nesse sentido, a partir dos discursos aqui apresentados, observamos que o PBF, cria um território que mesmo na subjetividade é um espaço habitado, e que na atualidade possui suas características que foram adquiridas historicamente através das ações realizadas. Saquet (2003, apud EDUARDO, 2006) compreende que: “O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder de relações sociais. (...) Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder.”

No Brasil podemos observar as desigualdades existentes em diversos âmbitos e intensidades, sejam estes econômicos ou sociais. No decorrer de um histórico de repressão e submissão, que ocorre desde a colonização brasileira, não apenas de nossas terras, mas também dos nossos povos, verifica-se que os governantes buscam medidas para que ocorra a minimização das desigualdades sociais ou que, pelo menos, seja dado à parcela da população mais necessitada, o mínimo de assistência nas questões mais pertinentes, como saúde, educação e alimentação, através das políticas públicas derivando os programas assistenciais.

As políticas públicas surgiram em nosso país, como uma medida para amenizar alguns percalços que a sociedade enfrentava e ainda enfrenta. Apesar de muitas definições, o conceito de política pública resume-se à soma de atividades desenvolvidas pelos governantes e que, de alguma forma, influencia na vida dos cidadãos (SOUZA, 2006), traçando-se ações, metas, e planos de governo, sejam eles, municipais, estaduais ou federais, a fim de garantir o bem estar da sociedade e o interesse público. (LOPES, CALDAS, AMARAL, 2008). Os programas assistenciais fazem parte de políticas públicas da assistência social, que asseguram os direitos dos cidadãos, ou seja, da parcela carente população (SIMÕES FILHO, 2010).

Dentro desta ótica, observamos que com estas políticas, novos investimentos foram obtidos e colocados em ênfase, quando o Brasil estava em plena transição econômica, política e social, no século XX, assim, com a intenção de obter harmonia, concebeu a manutenção de necessidades básicas a população, através de benefícios sociais, já que havia questionamentos da eficácia do estado em manter o bem estar social (TREVISAN, BELLEM, 2008). Assim, foram desnivelando-se novas aplicações e adquirindo novos recursos para a implantação das políticas públicas, atingindo os mais diversos locais, com a finalidade de minimizar o desequilíbrio provocado pelo crescimento econômico e as desigualdades existentes.

A esse respeito, cientistas, políticos, pesquisadores e intelectuais acreditam que a redução da pobreza deve ser vista como umas das prioridades das políticas públicas (SOBEL, GONÇALVES, COSTA, 2010). No Brasil, ao discorrermos sobre pobreza, o Nordeste torna-se mais evidente ao tratarmos destas pelegas sociais, pois seus índices de pobreza demonstram ainda necessitar de certo desvelo. As políticas públicas aderidas ao Nordeste se referem, na sua maioria, à escassez da água, como o Programa “Um Milhão de Cisternas” nas áreas rurais (PONTES, MACHADO, 2009), a alimentação, e seguros de assistência à perda das lavouras, como o Seguro Safra, que tem o maior funcionamento no Nordeste (MDA, 2012), além de outras políticas assistencialistas, de âmbito Federal e Estadual.

O Programa Fome Zero, teve por objetivo ao ser criado assegurar uma alimentação digna a população, para todos que tivessem acesso custoso a alimentos. Este incentivo parte através de parceria com os mais diversos ministérios, que se articularam, promovendo programas como o Programa Bolsa Família (fruto da junção do Programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio gás), Restaurantes Populares, Construção de Cisternas, Distribuição de Alimentos (Tempos de seca ou calamidade pública) e Financiamento para a agricultura familiar. Assim promove benfeitorias à população endossando acesso a alimentação, educação, acesso ao abastecimento de água, entre outros (SIMÕESFILHO, 2010).

Nesse contexto, os governantes vêm adotando políticas públicas e programas de transferência de renda direta às famílias pobres ou de extrema pobreza, como o Programa Bolsa Família (PBF), que possui, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), gestão instituída pela Lei 10.836/2004 e regulamentada pelo Decreto nº 5.209/2004, se fazendo descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios, desenvolvendo ações e reduzindo problemas da população carente.

O Programa Bolsa Família foi criado e vem sendo aperfeiçoado com o objetivo de garantir às famílias mais carentes o direito de serem assistidas com um benefício de caráter provisório, a fim de retirar estas famílias da situação de vulnerabilidade, contribuindo como suporte para uma vida mais digna socialmente. De acordo com a Prestação de Contas Ordinárias Anuais – Relatório de Gestão apresentado ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS, 2013), o Brasil, em média, atende, atualmente, 14 milhões de famílias beneficiárias, sendo assim, mais de 50 milhões de pessoas.

Os Programas de transferência de renda, cada vez mais, vêm sendo adotados pelos governantes do nosso país que viabilizam assistir com mais eficácia a população. O Brasil não se fez pioneiro na criação dos Programas de transferência de renda, pois surgiram no século XX, nos países nórdicos na Europa, tendo alguns sucessores como o Reino Unido, Finlândia e Suécia (ZIMMERMANN e SILVA, 2009). Foi sendo implantado nos países baixos na década de 60, expandindo-se também para a Alemanha, e mais tarde também na França, onde houve diversos debates até que esta política se efetivasse (ZIMMERMANN e SILVA, 2009).

É comum, ao tratar-se do contexto de pobreza, analfabetismo, falta de água, entre outros fatores, mencionarem o Nordeste brasileiro, uma região onde comporta a população mais miserável do país (SOBEL, GONÇALVES, COSTA, 2010). Nesse sentido, estudos já mostram algumas mudanças ocorridas no Nordeste, e os motivos enfatizados é que estas

transformações se deram em ofício das políticas nacionais econômicas e sociais desenvolvidas pelos governantes. De acordo com o autor supracitado, o Nordeste foi uma das regiões, que obteve influência federal em sua dinâmica, devido aos programas implantados, principalmente nos territórios menos favorecidos, como exemplo, o acesso a água (cisternas), incentivo a agricultura familiar, e etc.

3.1 A Implementação Dos Programas Sociais De Transferência De Renda No Brasil.

O Brasil é traçado por um histórico de colonização, submissão, domínios de terras, bens naturais, riquezas, e principalmente do seu povo. Assim no decorrer dos anos, os governantes começaram a enxergar que seria necessário criar, ou seja, adotar medidas para erradicar problemas que ascendiam consideravelmente, como à pobreza e desigualdade social. Dessa forma, optaram pelas políticas públicas, já existentes em outros países, para que viesse suprir as premências sociais da atualidade. Incumbiram-se em suavizar problemas relacionados à educação, saúde e alimentação da população mais carente do país.

As políticas públicas são medidas tomadas por um governo, para que se amenizem problemas existentes na sociedade, tem por intuito desenvolver projetos, programas, ações que viabilize o bem estar da sociedade, (LOPES, CALDAS, AMARAL, 2008). As políticas públicas são aplicadas no país, região, estado, município ou setor que tenha a necessidade de investimentos diretos, para aniquilação de impasses. A criação das políticas de transferência de renda no Brasil situa-se no plano das grandes transformações econômicas e sociais, devido também ao avanço no setor trabalhista, com a Revolução Tecnológica da Era da Informação, direcionando-se assim, para o enfrentamento da questão social. (SILVA, 2007).

O Brasil passou por períodos de contradições e conturbações políticas muito fortes, em especial depois de sua independência política, por volta de 1822, adotando regimes ainda de subordinação aos interesses internacionais, tanto da metrópole lusitana, quanto do capital britânico que passou a inferir domínio econômico forte, submetendo o país aos seus interesses. No país existia uma sociedade extremamente desigual, com sistema escravocrata que submetia grande contingente populacional de origem africana, bem como importantes segmentos de populações pobres de origem indígena e/ou mestiça, considerada livre, mas vivendo na extrema pobreza social e econômica (CARVALHO, 2008).

De acordo com o autor supracitado, mesmo com a abolição da escravatura, por volta de 1888 e proclamação de República em 1889, a predominância de populações pobres e extremamente pobres eram as marcas de um país com grande fosso entre uma minoria abastada (elites dominantes, oligarquias agrárias e pequena burguesia urbana) mantidas com o trabalho de ex-escravos e trabalhadores pobres, que viviam em ambientes insalubres e ganhavam péssimos salários. Mesmo assim, o país apresentava significativos índices de crescimento econômico, de superávits primários, com uma balança comercial de exportação de gêneros agrícolas e extrativos que tornavam o país um atrativo para o mercado mundial, tendo como estados economicamente desenvolvidos São Paulo e Minas Gerais.

Dos vários momentos republicanos, talvez os primeiros momentos de leis efetivas voltadas para a classe trabalhadora, estejam na década de 1930, com a criação da legislação trabalhista e previdenciária, que foi rematada 1943 com a Consolidação das Leis trabalhistas (CLT) medidas tomadas no Governo Getúlio Vargas. (CARVALHO, 2008). O Brasil também foi marcado por governos desenvolvimentistas que se interessaram em criar órgãos de desenvolvimento regional, para transformar a realidade de desigualdades e disparidades regionais, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), uma superintendência criada em especial atenção ao Nordeste.

Diante disso, não podemos menosprezar as quais lógicas estas novas medidas serviam, pois o modo de produção capitalista estava se favorecendo, em um período onde o Brasil estava com a economia emergindo. As indústrias regulamentavam seus trabalhadores, para poderem se fincar com mais vantagem. Época de mudanças que favoreceram os trabalhadores, mas que o capitalismo necessitava que isso ocorresse.

A SUDENE foi criada em 1959 dando início a um período de desenvolvimento, onde o Nordeste foi integralizado no processo de desenvolvimento econômico regional no compasso da economia nacional, obtendo novas perspectivas através da representatividade da SUDENE. Por meio, da ação desta instância com nesta época foi possível o crescimento nacional e do Produto Interno Bruto (PIB), o que resultou em melhorias para todo o Brasil, como expansão e modernização da infraestrutura de transportes, energia e saneamento básico, capacitação das universidades Federais do Nordeste, entre outros fatores (www.sudene.gov.br/sudene). Apesar da SUDENE, conseguir alcançar algumas melhorias, não logrou êxito por longo prazo, falhou em seus objetivos, tornando-se alvo de disputas por benfeitorias particulares, persistindo assim a escassez de recursos para áreas como o Sertão Nordestino.

Com a redemocratização do país, a partir da década de 1985, foi estabelecida uma assembleia constituinte, que culminou com a “Constituição cidadã” ou Constituição de 1988, que se consolidou como a constituição mais liberal e democrática que se obteve no Brasil, obtendo algumas melhorias para a população brasileira, apesar de ainda persistir grande desigualdade social e concentração de riquezas nas mãos de poucos (CARVALHO, 2008). A Constituição de 1988 criou oportunidade para a população participar efetivamente das políticas sociais nos quesitos de gestão e implantação, apontando caminhos o exercício da democracia participativa (PIANA, 2009).

Após a constituição de 1988, a família passou a ser utilizada como referência para as políticas sociais em 1993, com a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), sendo compreendida como centralidade, para apreciação e execução dos benefícios, serviços, programas e projetos da Política Nacional da Assistência Social (BRASIL, MPAS/SAS, 1999, p. 66, apud MONTALI, TAVARES, 2008). Incutido pelos autores supracitados, na década de 2000, houve a ampliação dos programas sociais de transferência de renda, cobrindo com maior intensidade a população, destacando assim, os programas que obtiveram ênfase maior, como o Bolsa-Escola, Bolsa alimentação, Auxílio-Gás, Cartão Alimentação, e posteriormente o Programa Bolsa-Família em 2003, unificando os demais programas sociais.

Com as eleições presidenciais de 2002, foi eleito pela primeira vez na história política do Brasil, um operário, Luis Inácio Lula da Silva, que se destacou em sua vida política por está sempre atrelado ao âmbito social, em seu período presidencial implantou programas como o Bolsa Família, acesso a linhas de crédito para a população pobre, ampliou a criação de universidades, moradias (Programa Minha Casa Minha Vida), melhores salários, entre outros fatores (<http://www.institutolula.org/biografia>). Governo que garantiu que os programas sociais atingissem a maior parte da população que se encontrava em situação de vulnerabilidade social, superando os índices de extrema pobreza.

O Programa Bolsa Família foi criado, com base nos objetivos de combater a fome, a pobreza e as desigualdades, através de um programa de transferência de um benefício financeiro agregado à garantia dos direitos sociais básicos, como educação, saúde, assistência social e segurança alimentar (SILVA, 2007). Desta forma, auxilia as famílias a transpor a situação de vulnerabilidade na qual se encontram, construindo assim, perspectivas de vida

mais razoável, promovendo também ações e serviços direcionados a esta parcela da população, para que sejam mais bem assistidas.

Dentro do contexto político, existem muitas críticas dos opositores aos governos Lula e Dilma Rousseff (PT), pois argumentam que o programa foi implantado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC/PSDB), o que de fato houve, mas foram nos governos petistas que o programa ganhou uma dimensão em atender, entre beneficiados diretos e indiretos, mais de 35 milhões de pessoas. Nesse sentido, o PBF, redimensionou a realidade social e econômica de milhões de brasileiros pobres. Apesar de compreendermos que a ampliação deste programa também acompanha a lógica capitalista, o Brasil neste período passou

3.2 Condicionalidades, Focalização Às Famílias Pobres E De Extrema Pobreza.

O Programa Bolsa Família (PBF), apesar de ser uma política de transferência de renda direta às famílias carentes, possui suas especificidades que necessita da contrapartida dos beneficiários. As condicionalidades abrangem os setores de educação, saúde e assistência social, sendo monitoradas as respectivas famílias que são beneficiadas por este programa social. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social, o principal intuito das condicionalidades é que a família supere as dificuldades enfrentadas no seu cotidiano, fazendo com que também o poder público disponibilize estes serviços que se fazem essenciais para uma vida mais digna.

Contudo, é necessário salientar, que as condicionalidades exigidas como contrapartida, para o recebimento deste programa, em sua maioria recaem sobre o município, a parte maior das responsabilidades, bem como a oferta de serviços, gestão de acompanhamento do cumprimento das obrigações (SENNA et al 2007). Diante desta realidade, é necessário enfatizar os critérios adotados para que as famílias adquiram o direito de recebimento do PBF, sendo calculada a renda per capita de cada conjunto familiar, considerando os valores de R\$ 77, 01 (setenta e sete reais e um centavo) a R\$ 154, 00 (cento e cinquenta reais) para uma família pobre, e o valor de R\$ 77, 00 (setenta reais) para extrema pobreza (MDS, 2015).

Com base no MDS o foco destas condicionalidades é: no setor da saúde, crianças menores de sete anos devem estar com a vacinação regularizada, visando o crescimento e desenvolvimento da criança, e as mulheres de quatorze a quarenta e quatro anos, devem ser

monitoradas, apetrechando o acompanhamento de possíveis gestantes e lactantes, para que seja realizado pré-natal, zelando pela saúde da mulher e bebê. O foco da educação são crianças de seis a quinze anos, e adolescentes de dezesseis a dezessete anos, sendo monitorados através da frequência escolar, uma parceria entre as esferas governamentais.

O programa Bolsa Família (PBF) acompanha as tendências das políticas sociais atuais, priorizando a família como unidade de intervenção, com acesso voltado a população em situação de pobreza ou de extrema pobreza, mantendo como critério principal de seleção a renda monetária da família (SENNÁ, 2007).

Deste modo, observamos que a focalização da família de extrema pobreza e de pobreza como critério para a seleção de um programa social, passa por diversas críticas, pois se entende que a renda somente não é fator suficiente para qualificar a pobreza, admitindo que este fenômeno engloba outras dimensões de vulnerabilidade social, “como a saúde, esperança de vida, educação, saneamento e acesso de bens e serviços públicos que vão além da privação de bens materiais” (TOWNSEND, 1993; SEM, 2001, apud SENNA, 2007).

Entretanto, o critério de focalização destes programas sociais como o PBF, ainda está atrelado as mais diversas discussões, pois se enfatiza que numa área como a região do Nordeste brasileiro, se faz imprescindível estes programas sociais de âmbito federal, por se tratar de uma dinâmica de pobreza extrema, relevando que esta focalização se faz necessária para a redução da pobreza no Nordeste, devendo focar realmente nos territórios menos desenvolvidos (SOBEL, GONÇALVES E COSTA, 2010). Nesta razão, a análise passa por diferentes entendimentos, que é interessante ressaltar, questionamentos e visões que divergem e que mostra a realidade das diferentes parcelas da população.

A pobreza pode ser caracterizada sobre diversas concepções, relativa à má distribuição de renda, a um histórico de opressão e submissão, a renda per capita necessária a subsistência, entre outros fatores. De acordo com Barros, Henriques e Mendonça (2000), a pobreza pode ser definida através de dois determinantes: a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes. Segundo Crespo e Gurovitz (2002), o conceito de pobreza passa por diversas abordagens, desde uma percepção como “juízo de valor” relativo ou absoluto, de fatores econômicos e ser contextualizada através da dependência sócio-político da sociedade ou não.

Os fatores de pobreza e extrema pobreza, utilizados no PBF, e definidos pelo Plano Brasil sem Miséria (MDS), encontram-se na linha de pobreza absoluta, considerando as necessidades mais urgentes, o mínimo para a sobrevivência, sendo suscetível a reajuste de acordo com a inflação. Para os autores supracitados, o enfoque absoluto em relação à pobreza, considera características como nutricionais, de moradia ou vestuário, apreciando preços relevantes que são calculados, refletindo sobre o que seria necessário para custeá-los.

Segundo Zimmermann e Silva (2009) é evidente ser necessárias ainda novas medidas de aprimoramento acerca do PBF, inclusive no que se refere à política de acesso, elegibilidade, cobertura e valor monetário repassado as famílias, para que realmente este programa possa contribuir com mais eficácia no combate à fome e a pobreza. Fazem-se necessários programas governamentais que combatam a pobreza, que seus critérios obedeçam ao histórico social, não apenas ao capital, que se efetive o combate, não apenas a minimização.

3.3 Materiais E Métodos

Para a efetivação desta pesquisa foi necessário aderir a algumas referencias, para tornar o trabalho científico e de fluente compreensão. Utilizou-se pesquisa bibliográfica, documental (a partir de sites, principalmente governamental), bem como a pesquisa empírica (através da história oral, pois houve entrevistas com gravações de áudios das famílias beneficiarias). Dentro desta ótica, foram analisados dados quantitativos e qualitativos, para melhor compreensão de possíveis avanços ou regressões socioeconômicas das populações atendidas pelo PBF em Logradouro-PB.

A pesquisa bibliográfica consistiu teorias sociais necessárias para o desenvolvimento de ideias, que serviram de alicerce para as indagações, afirmações, conceitos, ou seja, para a fundamentação da pesquisa. Assim, foi possível obter um embasamento teórico sólido através das considerações de autores renomados, que possuem escritos, diante do que está sendo exposto, neste caso sobre o Programa Bolsa Família.

Nessa circunstância, também foi considerada a pesquisa documental, onde se analisou a implantação do PBF, sua regularização e os critérios estabelecidos, como renda e condicionalidades. A pesquisa documental permitiu a análise de arquivos que contém dados necessários para a efetivação do estudo, fundamentou o conhecimento a partir da realidade e possibilitou o confronto direto das informações.

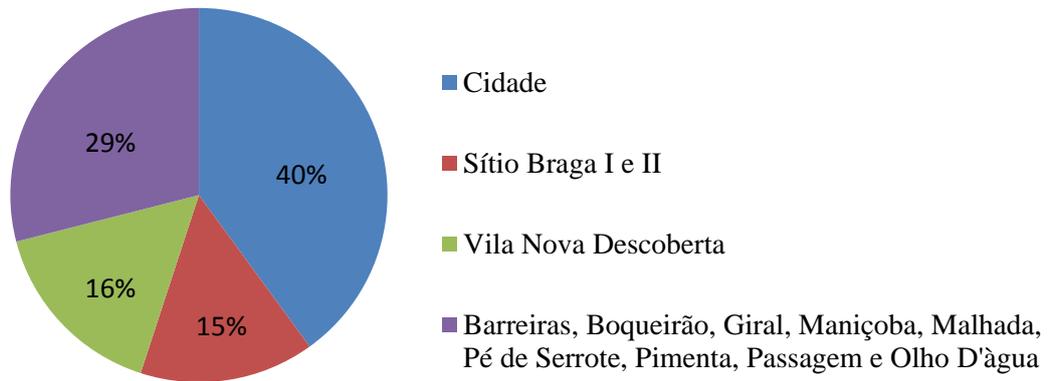
Em relação aos dados documentais, consideramos a base de dados do MDS, através dos Sites da Secretaria de Gestão da Informação (SAGI), do sistema do Cadastro Único Para Programas Sociais (CADUNICO), e também do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do site da Prefeitura Municipal de Logradouro, dados da Secretaria de Assistência Social do município, entre outras fontes. Estes dados foram fundamentais para a compreensão e dimensão territorial do PBF no contexto municipal de Logradouro-PB. Estes dados serviram para a construção de tabelas e gráficos que representaram a pesquisa qualitativa e quantitativa dos dados obtidos. Também deram acesso a mapas, gráficos e tabelas dos próprios órgãos utilizados para consultas, enfatizando a população geral - urbana e rural, por sexo, a educação do município, saúde, assim como a população assistida pelo PBF.

Assim, também será salientada a pesquisa empírica, através da constatação, observando a realidade, com questionamentos a alguns beneficiários por meio de entrevistas com gravação de áudio, para que se possa obter um requisito mais sólido, além da pesquisa bibliográfica. Compreender a visão de quem se beneficia diretamente com estas políticas públicas, identificando as diversas características dos beneficiários, pois o trabalho de campo propõe a observação frontalmente, proporcionando uma assimilação de melhor qualidade, onde diagnosticamos desde o território no qual habitam até o modo de se expressar.

Dentro da pesquisa empírica foram definidas duas áreas no contexto geral do município de Logradouro/PB: a) Vila Nova Descoberta, que possui significativo contingente de população beneficiária do PBF, bem como, sua situação socioeconômica de baixo poder aquisitivo, gravidez na adolescência, jovens envolvidos com drogas e por estar situada na zona rural de Logradouro, mais ter se tornado uma área periférica da vizinha cidade Norterriograndense de Nova Cruz; e b) o Perímetro Urbano da cidade de Logradouro, por também se fazer presente boa parcela dos beneficiários do PBF. Com esse recorte territorial em área rural e urbana, demos conta de encobrir percentualmente de aproximadamente 56% dos casos, pois os beneficiários restantes encontram-se nas demais localidades da zona rural.

No estudo de caso, observamos o percentual de beneficiários existentes nas localidades deste município, considerando as oscilações de entrada e saída (saída: devido a fatores relacionados à renda per capita familiar) do PBF, calculamos a média mensal de beneficiários de Abril de 2016, obtendo o seguinte resultado (Gráfico 02):

BENEFICIÁRIOS DO PBF NO MUNICÍPIO DE LOGRADOURO/PB



Fonte: Gráfico elaborado pela autora Lenilma Vieira da Costa Silva com base nos dados Secretaria da Assistência Social (SMAS, 2016).

Compreende-se assim, as localidades deste município, onde definimos as áreas de trabalho, traçamos nossos propósitos, retiramos nossos resultados, concebendo uma discussão em âmbito nacional, intermediando as considerações históricas com as questões atuais, buscando suscitar um diálogo pertinente a nossa realidade, perpetuando também ótica dos beneficiários, público atendido por este programa de transferência de renda.

Ao discorrermos sobre as saídas do PBF, geralmente se fazem devido à superação dos quesitos definidos pelo programa de transferência de renda (Pobreza e extrema pobreza). Obtendo como causas recorrentes: aposentadorias, trabalho formal com carteira assinada, beneficiários do BPC, e também pessoas que se encontram em situação irregular de acordo com os critérios estabelecidos pelo programa.

Todavia, possuir renda per capita fixa por mês não é um critério de saída do PBF, pois além da renda, é considerado também a quantidade de pessoas residentes no domicílio. O cálculo efetuado considera desde renda mensal, os meses trabalhados, e a quantidade de pessoas residentes por cada domicílio. Fatores esses, que ainda discorre muitas objeções, devido ao valor estipulado ser considerado diante da situação econômica atual, injusto, ou até mesmo incoerente.

4. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM LOGRADOURO-PB, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do que discutimos, não poderíamos nos abster de pontuar algumas considerações fundamentais para o entendimento do que e compreende por fome e pobreza. Tal constatação sustentará os fatos aqui explicitados, em virtude do estudo de caso, servirá como base nos resultados expostos adiante, ao mesmo tempo como contraponto de ideias precedidas Josué de Castro e Milton Santos que subsidiaram as ideias de pobreza e fome, apesar de suas respectivas obras serem do século XX, contemplam visões que se fazem atuais e pertinentes, para a discussão de questões sociais e Programas de transferência de renda como PBF. Ao passo que salientamos as observações de Castro e Santos, retratamos informações com base em outros autores sobre a realidade vivida.

Dentro dessa ótica, Josué de Castro (2007), em seus relatos sobre a geografia fome destaca que:

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais (CASTRO, 2007, p.266).

Nesse sentido, subentende-se que as práticas antes adotadas pelos colonizadores, ou até mesmo governantes, não obtiveram êxito em relação à fome, seja por falta de planejamento, ou até mesmo por questões econômicas, resultando o erro que acomete toda a sociedade a uma realidade de vulnerabilidade diga-se alimentar. Ainda em conformidade com Castro (2007), é visível que o elemento colonizador esteve apreensivo apenas com o que trouxesse vantagem significativa para as suas atividades econômicas.

Além disso, Castro (2007) evidencia como o Brasil foi contraído a obedecer a uma lógica que serve ao capital estrangeiro, subsidiando todas as suas riquezas para o mercado externo, possuindo condições necessárias para desenvolver atividades para a subsistência de toda a sua população, apetece criar condições para uma agricultura monocultora de produtos exportáveis deixando assim seu povo a mercê da fome.

Essas premissas apontam para o que Milton Santos (2007), descreve:

Sem o planejamento seria impossível atingir-se uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital nessas ações. Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e

ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais (SANTOS, 2007, p. 13).

Assim, compreende-se que não se pode analisar a fome e a pobreza, sem considerar os fatores históricos, por sua vez econômicos, que estão interligados de forma intrínseca ao modo de produção capitalista. A esse respeito Castro (2007), evidencia que mesmo o Brasil sendo um país industrializado, sua economia possui traço colonial, onde seus representantes políticos estão apreensivos apenas em desenvolver e enriquecer os que já possuem riquezas, sendo sustentados pelo sistema vigente, ou seja, as elites dominantes tanto das cidades, quanto do campo.

Por conseguinte, de acordo com o autor supracitado, podemos assinalar algumas questões sobre as condições de alimentação e nutrição do brasileiro, considerando as mais divergentes áreas deste país, fazendo uma análise dos elementos que interferem de forma mais efetiva na sua estrutura e suas possíveis implicações, obtemos as seguintes inferências:

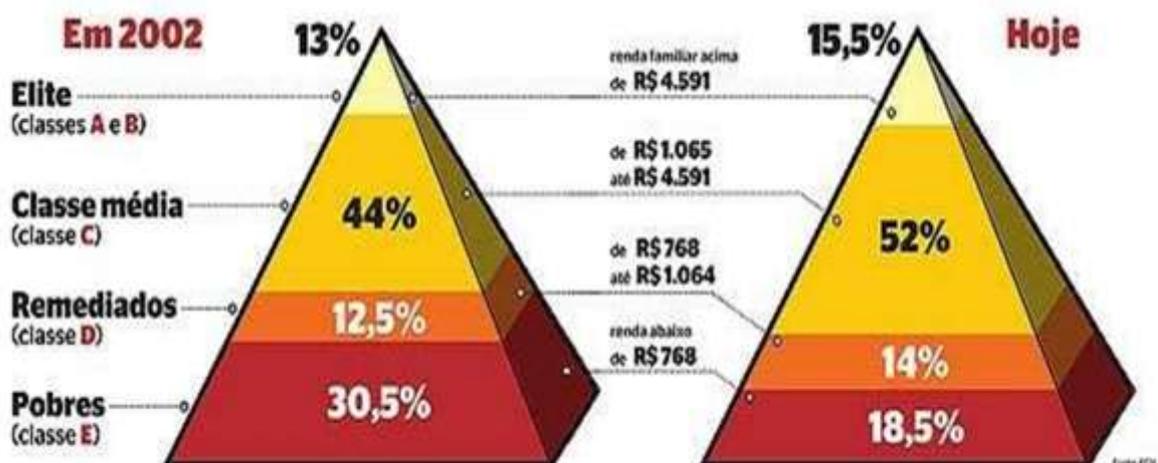
I. O Brasil, como país subdesenvolvido (...) não conseguiu ainda se libertar da fome e da subnutrição (...) II. A dualidade da civilização brasileira, com sua estrutura econômica bem integrada e prospera no setor da indústria e sua estrutura agrária arcaica, de tipo semi-colonial (...). é a principal responsável pela sobrevivência da fome no quadro social brasileiro. III. Nenhum fator é mais negativo para a situação de abastecimento alimentar do país do que sua estrutura agrária feudal, com um regime inadequado de propriedade, com relações de trabalho socialmente superadas e com a não utilização da riqueza potencial dos solos. IV. Os baixos índices de produtividade agrícola, produto da exploração empírica e desordenada da terra, a produção insuficiente pela exigüidade de terras cultivadas (...) os insuficientes meios de transporte e de armazenagem dos produtos se constituíram como fatores de base no condicionamento de um abastecimento alimentar insuficiente e inadequado às necessidades alimentares do nosso povo. V. A inflação provocando uma alta contínua dos preços dos produtos alimentares (...) VI. Apesar dos esforços realizados, dos programas de educação alimentar e de extensão agrícola que procuram disseminar pelo país os conhecimentos fundamentais e práticos da ciência da alimentação, constitui ainda a ignorância (...) um fator de agravamento da dieta pela má aplicação por parte do povo de suas escassas disponibilidades financeiras. VII. Também fator de agravamento da situação alimentar tem sido o surto da expansão industrial do país, sem o paralelo incremento da produção agrícola, de forma a atender a crescente procura de alimentos de uma população que procura elevar os seus padrões de vida (...) VIII. A alimentação do brasileiro se mostra imprópria em toda a extensão do território nacional (...) arrastando o país a um regime habitual de fome – seja de fome epidêmica, como na área do sertão (...) a do Nordeste açucareiro e da monocultura do cacau (...) seja de subnutrição crônica, de carências mais discretas como nas áreas do Centro e do Sul. IX. A fome, tanto global como específica, expressa inúmeras carências que o estado de nutrição do nosso povo manifesta (...) a desnutrição crônica – decorrem graves deficiências (...) mortalidade infantil (...) mortalidade por doenças de massa (...) incapacidade para o trabalho (...) baixos índices de

longevidade(...) verdadeiras crises de nervos. X. Nenhum plano de desenvolvimento é válido, se não conduzir (...) à melhoria das condições alimentares do povo (CASTRO, 2007, p. 289 – 291).

Obra editada, publicada no ano de 1946, onde observamos algumas mudanças ocorridas em relação aos aspectos descritos, principalmente devido à criação dos programas condicionados por políticas públicas que tem um papel de redução das desigualdades e da fome. O que Castro (2007), enuncia sobre a fome, se faz tão oportuno, para compreender a concepção histórica da fome no Brasil. É perceptível que o autor profere no quesito alimentação, tanto na questão de ter uma alimentação, como também o nível nutricional desses alimentos, destacando as situações econômicas, políticas e sociais do país, bem como sua conjuntura que detém riquezas necessárias para efetivar melhorias na realidade alimentar da população.

Todavia, relacionando com o que Castro (2007) debate sobre fome em suas inferências citadas aqui, Caniello (2016), afirma que nos dias atuais no Brasil logrou-se melhorias relacionadas à ascensão social que tem proporcionado condições satisfatórias as famílias para a obtenção de uma vida mais digna, onde evidencia como principais motivos o combate a pobreza, com os programas fome zero e bolsa família, o estímulo à geração de emprego e renda, e por fim o aumento real do salário mínimo, concebidos nos governos Lula e Dilma, obtendo o seguinte resultado (Figura 02):

Figura 02: Pirâmide de Ascensão Social (2016). O Maior Legado dos Governos Lula e Dilma



Fonte: Elaborado pelo Prof^o. Dr. Márcio Caniello/Antropólogo – UFCG/Políticas Públicas, 2016.

Logo, atentamos sobre a pirâmide, que a classe média tem conduzido mais pessoas, na qual a quantia de pobres vem encolhendo, nos dando a confirmação em relação a índices que

a população brasileira vem emergindo, considerando a questão de renda, desde o ano de 2002 até 2016, como descrito pelo MDS (2014), o Brasil tem atingido as metas quando se trata de combate a pobreza, redução da fome e subnutrição, pois com o PBF, mais de 36 milhões de brasileiros foram retirados dos índices de extrema pobreza, restringindo da população a mortalidade infantil e a desnutrição. Com a manutenção das crianças na escola, e as famílias acompanhadas pela saúde.

Conforme os autores Souza e Osório (2013, p.154), “Entre 2003 e 2011, a pobreza ea extrema pobreza somadas caíram de 23,9% para 9,6% da população”, comprovando a ascensão social, nos setores mais abastados. Os autores Sobel, Costa e Gonçalves (2010), destacam que no Nordeste (1995 a 2005) também houve retração de pobres, obtendo ainda um índice de pobres localizado com mais intensidade no meio rural (característica das cidades de pequeno porte), sendo em todos os estados o hiato de renda superior nas áreas urbanas.

Corroborando com Santos, (2001, apud MARIANO NETO, 2006). O território da globalização é o desenho de um mundo fabuloso e perverso, no qual os seres humanos estão diante de uma narrativa que a tirania da informação e do dinheiro e o atual sistema ideológico da violência da informação a criadora das fábulas perversas que imperam.

Para Santos (2007) a pobreza é planejada, pois é dada aos pobres a impressão (índices) que estão emergindo, e assim uma parcela de sua renda será revestida no consumo de bens e serviços, pois jamais reduziriam as taxas de acumulação e de desigualdade, visto que causaria a morte do sistema. Diante da complexidade do que Santos afirma (2007), ressalva-se destacar qual sistema de produção existente, para que não distraia-se diante da realidade, onde não se deixe avaliar os benefícios sociais apenas como políticas públicas sociais criadas para o bem estar social, mais que são programas que hoje se fazem necessários, tanto para o capital, bem como para a sociedade. Josué de Castro conclui que:

(...) nada existe de específico contra a fome, nenhuma panacéia que possa curar este mal como se fosse uma doença de causa definida. A fome não é mais do que uma expressão – a mais negra e a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico. Expressão que só desaparecerá quando for varrido do país o subdesenvolvimento econômico, com o pauperismo generalizado que este condiciona (CASTRO, 2007, p. 291).

Santos (2007), em meio às questões do sistema de produção capitalista em via de planejamento é importante salientar que:

Para contrapor-se aos esquemas do capital, deve-se, primeiro, ser capaz de prever efeitos intermediários e de logo prazo de medidas que, na superfície, frequentemente parecem ser adequadas. Porque o mais recente artifício do planejamento é disfarçar no presente momento o malefício estrutural de certos investimentos econômicos e sociais. Condenamos simplesmente aquele planejamento que é do capital. Desejamos vê-lo substituído por outro basicamente preocupado com a sociedade como um todo e não com aqueles já privilegiados (SANTOS. 2007, p. 33 – 34).

Por conseguinte, se faz relevante acentuar que diante de toda a discussão sobre conquistas, ascensão social, superação da pobreza, da subnutrição, entre outras, foram obtidas através de muita luta, muitas reivindicações de movimentos, trabalhadores, sindicatos, entre outros. De acordo com Gohn (2011), todas as fases de movimento repercutiram na realidade que temos nos dias atuais, foram essenciais, para podermos alcançar as melhorias obtidas, onde observamos que as novas perspectivas vêm agregando diversas possibilidades para uma sociedade mais justa, que lutam, por direitos econômicos, políticos, sociais e até mesmo culturais, e também por melhores condições de vida e de trabalho, para um bem comum.

Corroborando com Santos (2007), Castro (2007), Gohn (2011) e outros autores, é oportuno salientar a visão dos autores para que possamos intermediar com a dos beneficiários do PBF, observando a ótica de pessoas carentes que necessitam dos programas de transferência de renda, que auxilia nos requisitos básicos para a subsistência dessas famílias. O estudo aqui presente é de primordial relevância, por nos precaver e evocar sobre qual sistema de produção está vivendo, nos fazendo capazes de prever suas implicações.

4.1 PBF No Povoado De Vila Nova Descoberta – Logradouro/PB

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2000, p. 47)

A Localidade da Vila Nova Descoberta encontra-se à 17 quilômetros da cidade de Logradouro/PB, e faz fronteira com a cidade Northeriogrاندense, Nova Cruz. Possui um equivalente de população bem expressivo, onde abrange um percentual de dezesseis por cento dos beneficiários do PBF. Dispõe de um PSF (Programa Saúde da família), uma escola, que oferta desde a educação infantil até o fundamental I e II e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, transporte escolar, possui abastecimento de água (CAERN – Companhia de

Água e Esgotos do Rio Grande do Norte) vindo da cidade de Nova Cruz/RN, Energia Elétrica, calçamento parcial das ruas, pois ainda faltam algumas para serem calçadas.

Figura 03: Extensão Territorial de Logradouro



Fonte: Instituto de Geografia e Estatística (IBGE)

Este povoado tem características referentes a uma periferia da cidade de Nova Cruz/RN, com expressivos casos de gravidez na adolescência, drogas, famílias carentes, que utilizam o PBF, como única fonte de renda fixa para suas necessidades. É característica também deste local as famílias trabalharem em feiras, com vendas de produtos derivado das horticulturas, como verduras, cultivadas em sua maioria na própria localidade, ou comprada de terceiros para a revenda, o que auxilia nas despesas mensais. As fotos adiante mostram a organização do povoado através de ruas asfaltadas (Figuras 04 e 05):

Figura 04: Rua da Unidade Básica de Saúde (UBS).



Fonte: Arquivo pessoal da autora – 22/05/2016

Figura 05: Continuação da Rua da UBS.



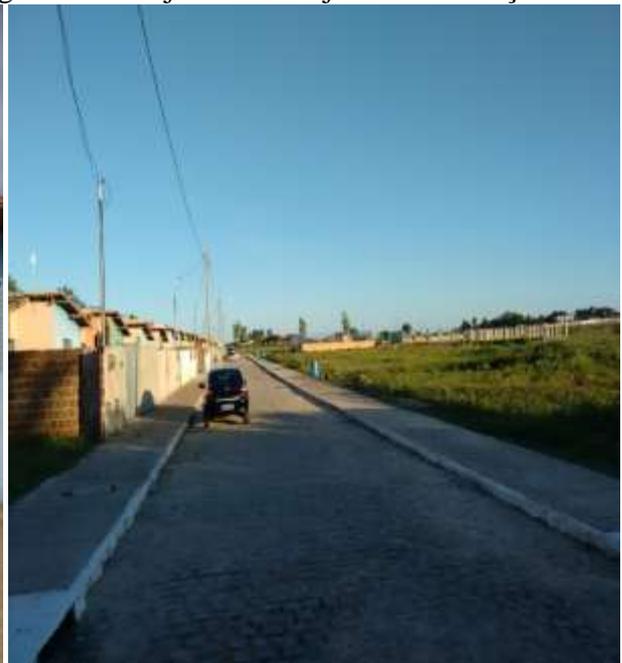
Fonte: Arquivo pessoal da autora – 22/05/2016

Além disso, a maior parte dos residentes nesta localidade não possui trabalho formal, vivem de trabalhos esporádicos, e de eventuais ajudas do poder público municipal. A maioria de suas casas é de projetos habitacionais, recurso federal, onde receberam as casas com em média de cinco cômodos (Sala, dois quartos, cozinha e banheiro), que se tornam pequenos habitualmente, dependendo do contexto da família, devido à quantidade de pessoas residentes, que varia desde três até nove pessoas por residência, dificultando desta forma o conforto necessário para todos, (Figuras 06 e 07):

Figura 06: Casa dos Conjuntos



Figura 07: Conjunto do Projeto de Habitação

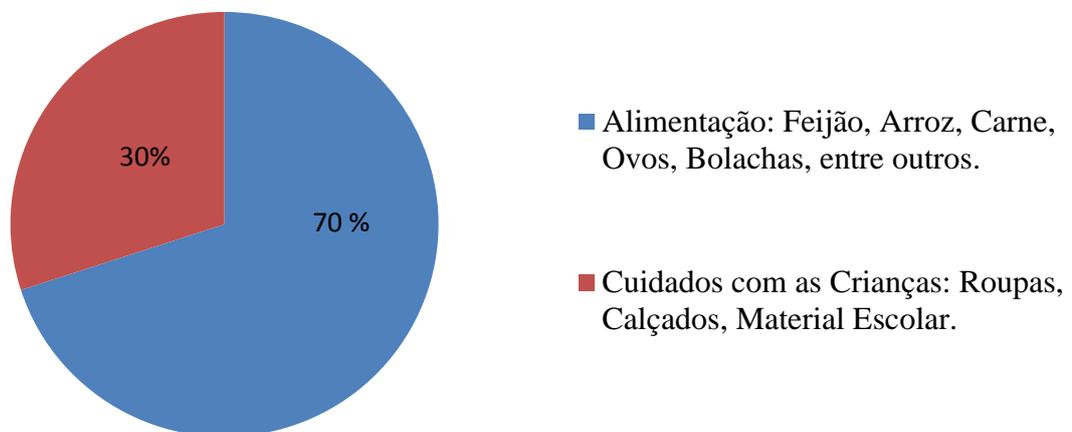


Fonte: Fotos feitas pela autora Lenilma Vieira da Costa Silva (22/05/2016).

Assim, de acordo com as figuras, percebemos a situação de moradia de cada família, e como se faz importante os projetos de habitação (Minha Casa, Minha Vida), pois, apesar de não serem casas com muitos cômodos, ameniza a situação de quem não possuía residência e pagava aluguel. Constatamos também, como um programa conforme o Bolsa Família dá condições as famílias pobres e de extrema pobreza, proporcionarem-se refeições três vezes ao dia, cuidados com as crianças, e até mesmo a compra de bens materiais que satisfazem o anseio pessoal, causando bem estar, perante a sociedade. Todavia, notamos esta realidade através das entrevistas informais e conversas concebidas neste estudo, onde apreciamos a realidade com mais assiduidade, visitando algumas famílias.

Por conseguinte, o descrito aqui, considera um percentual com base nas repostas da maioria das entrevistadas, obtendo um resultado mais amplo, verificando desde as despesas e itens comprados, comparando os dados, para que o percentual final refletisse de modo significativo, com a realidade local. Sendo assim, nos questionamentos iniciais apreciamos a utilização do valor recebido do PBF, logrando a seguinte conclusão (Gráfico 03):

DESPESAS REALIZADAS COM O VALOR RECEBIDO PELO PBF/MENSAL



Fonte: Gráfico elaborado pela autora Lenilma Vieira da Costa Silva (2016), com base nas entrevistas concedidas pelas beneficiárias do PBF.

Dessa forma, há de se considerar a influência que este programa tem no cotidiano destas famílias, onde não conseguem cogitar a ideia de por ventura este benefício venha ser extinto, pois hoje dá condições para a subsistência de muitas famílias, inclusive para cidades de pequeno porte e áreas rurais. Além das melhorias obtidas para as famílias, o PBF influi diretamente no comércio local, fazendo com que ocorra nos dez dias de pagamento circule entre os comerciantes um valor consideravelmente maior que nos períodos do mês.

Contudo, é nítido que a economia local que antes funcionava apenas nos dias de pagamento de funcionário público, pensionistas e aposentados, hoje concebe outro tipo de arranjo espacial. Nesse contexto, é visível que o poder de compra também se tornou mais habitual, famílias que hoje, embora que com o mínimo, se deslocam de suas casas e conseguem comprar coisas que antes, não estavam habituados a adquirir. Beneficiários do PBF, hoje já conseguem adquirir celular, geladeira, televisão, utilizar botijão ao invés de lenha, entre outros objetos.

Surgiram outros questionamentos, que foram respondidos de forma mais relativa, onde consideramos a ótica da maioria novamente, relevando a situação de cada família. A respeito das falas obtivemos o resultado subsequente (Quadro 03):

Quadro 03 – Resultados das Entrevistas e Conversas Informais/Beneficiários do PBF.	
Questionamentos	Respostas dos beneficiários do PBF
O valor recebido pelo PBF é satisfatório?	“Tá bom, não coloquei nada lá, não dá para comprar tudo, mais dá prá ajudar”.
As regras estabelecidas, em relação à renda per capita, estão de acordo com a realidade atual?	“Acho que deveria ser maior, pelo menos entrava mais gente no programa, por que quem trabalha e não recebeu Bolsa, dependendo da família ainda passa por dificuldade”.
Sua vida econômica melhorou depois de tornar-se beneficiário do PBF?	“Melhorou demais, hoje eu faço uma feira, compro o grosso, e ainda compro uns calçados, roupinhas para os meninos”.
Sobre as condicionalidades na educação, ou seja, a frequência dos filhos, o que vocês acham? E na saúde?	“Nós achamos bom, por que as mães hoje, não deixam de levar seus filhos para a escola”. “na saúde também é bom, faz com que as mulheres grávidas não se esqueçam de fazer seu acompanhamento, e nem a vacinação das crianças”.
Quais as perspectivas de uma vida melhor, uma melhor educação, saúde, segurança pública, ou outros fatores?	“Quero que as coisas melhorem, está tudo muito caro; também a situação de saúde é todo mundo doente hoje em dia; e queria mais segurança, a gente não pode nem sair de casa á noite.

Fonte: Criado pela autora Lenilma (2016) com base em conversas e entrevistas.

Diante disso, compreende-se que as famílias muitas vezes não aceitam ou entendem os critérios adotados pelo MDS para o PBF, mas são muito agradecidas pelo montante recebido, se satisfazendo devido às condições vividas antes de receber o PBF. Em relação ao monitoramento escolar e da saúde, além de atender a esta parcela da sociedade, permite com

que os governantes de todas as instâncias mantenham seus serviços a sociedade ativo. Assegura um benefício individual e permite uma situação que provocará condições melhores e bem estar no aspecto coletivo.

Como existem famílias bastante numerosas, nem sempre os recursos são suficientes para atender a todas as necessidades do grupo. Então, muitos familiares se sentem na obrigação de comprarem apenas os alimentos básicos. Quando as famílias são numericamente pequenas, notou-se que além da alimentação conseguem comprar medicamentos e vestimentas. Estas diferenciações são importantes, no sentido de repensamos as reais necessidades familiares, para além de um programa social de distribuição de renda, considerando também o pressuposto de focalização para cada região, de acordo com as necessidades de cada localidade.

Na Vila Nova Descoberta, podemos observar uma comunidade em crescimento territorial, pois aos seus redores já possuem vários terrenos loteados, uns com residências financiadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), e outros que permanecem à venda, onde cada vez mais se aproxima da cidade de Nova Cruz/RN, e também cresce em quesito populacional, acarretando assim problemas como o aumento da violência, entre outros, mencionado anteriormente. Destarte, podemos notar algumas construções, que também remete a este crescimento desta localidade, como quadra, vestuário, templos religiosos e casas luxuosas. Consoante as afirmações, verificamos como a Vila Nova Descoberta está em expansão (Figura 08):

Figura 08: Área Verde, junto ao calçamento, demarcada para loteamentos.



Fonte: Foto retirada pela a autora Lenilma – 22/05/2016

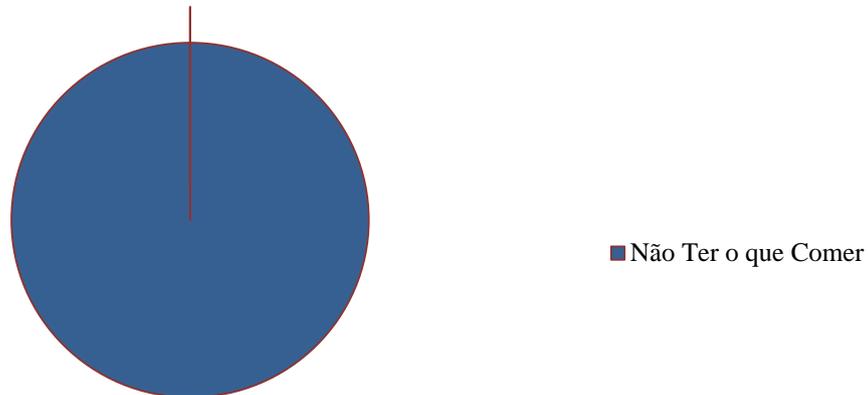
Figura 09: Área de loteamento, onde se encontram os postes.



Fonte: Foto retirada pela a autora Lenilma – 22/05/2016

Referindo-se a fome e pobreza, como foi enfatizado (Santos, 2007, Castro, 2007. et al) depende conceitos complexos, baseado nas situações histórico e social, considerando sempre em qual sistema de produção vivemos, mais que para pessoas carentes seu significado é simples, baseado apenas na situação vivida diariamente (Gráfico 04):

O QUE É SER POBRE PARA OS BENEFICIÁRIOS DO PBF/VILA NOVA DESCOBERTA/LOGRADOURO/PB



Fonte: Elaborado pela autora Lenilma (2016), com base nas conversas com os beneficiários.

Com base neste contexto, verificamos que as famílias carentes, não se submetem a analisar as questões nutricionais dos alimentos, apenas estão ligados em adquirir o necessário para suprir a fome. A fome com base nas entrevistas está estritamente relacionada à pobreza, para os beneficiários, uma coisa esta ligada a outra, comungando da mesma essência, pois “o pobre geralmente é quem passa por dificuldades”. Sendo assim, é nítido de como o PBF, trás

para as famílias certa estabilidade econômica e social, apesar dos valores não representar todos os gastos das famílias, é a única garantia que mensalmente terão uma assistência, para superar a situação na qual se encontram.

Em síntese, apreendemos como o PBF, modifica toda dinâmica de um espaço, principalmente, em uma localidade como Vila Nova Descoberta, que não há circulação de capital próprio, em grande extensão, o movimento nas mercearias, supermercados, padaria, e nas residências se dão apenas no período de pagamento do PBF. Um programa que ganha dimensão não apenas pelo valor disponibilizado para as famílias, mais pelas questões sociais, econômicas, políticas, por, depositar em uma sociedade a esperança de adquirir um modelo de vida mais favorável, um povo marcado, pelas mais diversas repressões que anseiam por uma vida mais digna, que se apoderam de um programa como a saída da extrema pobreza.

4.2 PBF Na Zona Urbana De Logradouro/PB

A cidade de Logradouro compreende um pouco menos de habitantes referente à área rural, com um percentual de 44% dos habitantes do município, possui numa média de 40% de famílias beneficiárias do PBF. Na área urbana é onde ocorre todo o processo de gestão do PBF, disponibilizando as famílias espaço para cadastro, atualização cadastral, resolução de problemas, e visitação às famílias beneficiárias.

Figura 10: Centro da Cidade de Logradouro Figura 11: Prefeitura Municipal



Fonte: www.paraibacriativa.com.br – acessado dia 22 de maio de 2016.

O PBF, na zona urbana é composto por algumas diferenças, temos menos famílias na situação de extrema pobreza, as despesas efetuadas com o respectivo valor recebido, também é constituído de maneira diferente, com outra composição familiar, que varia em média de três a cinco pessoas por residência, configurando outra realidade, (Quadro 04):

Despesas Realizadas pelos Beneficiários da Área Urbana
Algumas famílias pagam escola particular para seus filhos
A maioria possui cartão de crédito, onde realizam compras para outros fins além da alimentação.
Nas feiras mensais além da alimentação geral, compram lanches para as crianças, itens de higiene e limpeza.

Fonte: Elaborada pela autora Lenilma (2016), com base em conversas informais.

Para a população urbana, “pobreza é não ter com que se manter”, ou seja, não possuir renda o suficiente para manter as despesas da família. Em relação às condicionalidades, como frequência dos filhos na escola e a saúde, “também consideram importante, pois faz com que os pais dêem mais atenção as escolas dos filhos, se preocupando com seu rendimento, e a saúde se torna importante ao fazer a triagem com as famílias, pesando e vacinando as crianças, acompanhando as gestantes, prevenindo futuros problemas”.

A equipe de gestão do PBF na cidade de Logradouro compreende a importância dos programas de transferência de renda, destacando que apesar dos valores, bem como suas regras muitas vezes não se adequar a realidade por locais, se faz ainda o programa social de cunho mais importante no momento, pois atinge um percentual de famílias carentes, que antes não usufruía de benefício algum, e hoje adquire mensalmente recursos para suprir as necessidades para sua subsistência.

Tendo em vista, as especificidades das duas localidades aqui apresentadas, relatamos brevemente a situação de beneficiários da área urbana, já que a área rural se encontra numa situação periférica, com problemas constantes, que pode ser que ultrapasse até mesmo os problemas existentes da área urbana. A cidade possui um número considerável de beneficiários, mais que se sobressai ao relacionarmos com a situação vivida em Vila Nova Descoberta, que apesar de existir investimentos na área, ainda não foi o suficiente, para superar os problemas econômicos e sociais existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da construção deste estudo, podemos observar o inter-relacionamento entre o histórico e o atual da sociedade brasileira, possibilitando um aprofundamento notório no quesito dos programas sociais de transferência de renda, especificamente do PBF. Considerando o território do PBF, que embora subjetivo se faça tão presente, na relação de beneficiário e benefício. Compreendendo a Vila Nova Descoberta e a área urbana deste município, como base para o estudo de caso.

A convivência diária com a população (Logradouro/PB) pobre e de extrema pobreza possibilitou uma visão benéfica sobre os programas de transferência de renda, como o PBF, pois ao analisarmos quais eram as condições (material e nutricional) destas famílias antes da implantação deste programa e depois, podemos visualizar certas melhorias, como por exemplo, nos quesitos alimentação e higiene, dado visto que a oportunidade de compra de uma família que antes não possuía rendimento mensal fixo, hoje adquire um benefício que proporciona experiências diversas.

Em cidades de pequeno porte como Logradouro/PB, o Programa Bolsa família trás novas dimensões, pois tem contribuído com a diminuição da evasão escolar e mortalidade infantil, trazendo novas perspectivas para a população, que por ventura tem uma população com estimativa de vida bem maior. Essa constante é uma realidade observada ano após ano, pois de 2000 até os anos de 2010, Logradouro/PB obteve crescimento na perspectiva de vida, revelando que sua população idosa aumentava consideravelmente.

O Programa Fome Zero, criado para combater a fome e a miséria no Brasil, promovendo uma vida mais digna às famílias beneficiárias, há anos procura combater as desigualdades no país, obstruindo assim o histórico de repressão que está atrelado a nossa realidade. A partir do Programa Fome Zero, foram criados outros programas que desencadearam no PBF, que hoje abrange a maioria das famílias carentes do Brasil.

Os direitos alcançados atualmente são resquícios de muita luta de quem não se abateu até adquirir algumas melhorias para a sociedade. A família logrou algumas conquistas a partir da implementação da LOAS, que a referenciou como foco para as políticas públicas, iniciando uma época de conquistas e novas lutas. Absorvendo políticas públicas já existentes em alguns países, que na atualidade se faziam essenciais, devido à situação social e econômica das famílias, mais principalmente ao modo de produção vigente.

Diante do contexto, não podemos nos abster de salientar que no Brasil, o momento onde se obteve melhorias em âmbito consideravelmente maior, foi no período que Luis Inácio Lula da Silva, chegou à presidência, pois implantou políticas que enfatizava o âmbito social. Se já existiam políticas públicas, não há dúvidas sobre essa premissa, mais não com a extensão do período da presidência de Lula, atingindo a maior parte da população que se encontrava em situação de vulnerabilidade social.

Este estudo se fez relevante, pois podemos afirmar como o PBF, se faz importante na vida dos beneficiários que se encontram em situação de vulnerabilidade social, apesar de ainda existirem muitos problemas, diagnosticamos que as famílias beneficiárias do município de Logradouro/PB em sua maioria utilizam o rendimento com itens que são importantes para a sua subsistência e vida em sociedade. E que apesar de não resolver todos os problemas da população carente, amenizam as situações mais urgentes, o que certamente tem amenizado a subnutrição, fome e a pobreza.

O território do PBF se faz presente sempre, e está vulnerável a cada decisão dos governantes, dos beneficiários, onde existe uma dinâmica de poder oculta, que intermédia as ações. O território dos beneficiários, que detém o poder que decidem o que fazer, com o que recebe, provoca uma relação de poder entre quem vende e compra a partir de suas ações territorializa o espaço.

Dessa forma, o estudo se mostrou importante para que conhecêssemos a partir de um histórico, a realidade, que por mais que ainda não se adéque ao que seria necessário para a nossa sociedade obter uma ascensão social igualitária, pelo menos ameniza as condições precárias da classe oprimida, sem hesitar os beneficiários concebem a esse benefício grande relevância, pois o que para muitos podem parecer esmolas, para quem se encontra marginalizado, no momento é questão de subsistência.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – vol. 15 nº42, 2000. p. 126-142.
- _____. Por uma outra Globalização do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Hucitec, 2000.
- Bolsa Família. Disponível em www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em 20 de Abril de 2015.
- CANIELLO, Márcio. Perspectiva Sociocultural. *In Debate: As várias faces do golpe*. Antropologia, UFCG. 2016.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 17-19.
- CASTRO, Josué de Castro. *Geografia da Fome: O Dilema brasileiro: Pão e Aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 263 – 292.
- Contribuição da SUDENE ao desenvolvimento do Brasil. Disponível em: www.sudene.gov.br/sudene. Acesso em 20 de Abril de 2016.
- CRESPO, Antônio Pedro A; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um problema multidimensional. São Paulo: FGV, RAE, vol.1, nº1, jul/dez, 2002. p. 1-12.
- DINIZ, Mônica. Sesmarias e Posse de Terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. *Histórica Revista On-line do Arquivo Público do estado de São Paulo*, 2005. p. 1-3.
- DINIZ, Simone. Critérios de justiça e programas de renda mínima. *Rev. katálysis*, Jun 2007, vol.10, nº. 1, p.105-114.
- DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. *Rev. katálysis*, Jun 2007, vol.10, nº.1, p.24-34.

DUARTE, Gisléia Benini; SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Dez 2009, vol.47, nº. 4, p.903-918.

EDUARDO, Márcio Freitas. Território, Trabalho e poder: por uma geografia relacional. São Paulo: Campo Território: revista de geografia agrária, 2006, p. 173 – 195.

FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia V. A Linha de Extrema Pobreza e o Público Alvo do Plano Brasil sem Miséria. Disponível em http://www.mds.gov.br/brasilsemisericia/Livro/artigo_2.pdf. Acesso 31 de maio de 2015.

FILHO, Walter Simões. Assistência Social Legislação e Programas Sociais do Governo Federal. Consultoria Legislativa, 2010. p. 3-20.

GOHN, Maria da Glória. A Construção da Cidadania ao Longo dos Séculos. *In* História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2011, p. 193 – 210.

LICIO, Elaine Cristina; MESQUITA, Camile Sahband; CURRALERO, Claudia Regina Baddini. Desafios para a coordenação intergovernamental do Programa Bolsa Família. *Rev. adm. empres.* Out 2011, vol.51, nº.5, p.458-470.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo W. Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. p. 1-48.

MARIANO NETO, Belarmino. Abordagem Territorial, Ecologia Política e Ambientalismo. *In*: Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no agreste /brejo paraibano: desenhos arranjos e relações. Campina Grande Paraíba, 2006, p. 68 -78.

MARQUES, Rosa Maria et al. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Rev. Econ. Polit.* Mar 2009, vol.29, nº.1, p.114-132.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Renda de Cidadania. Prestação de Contas Ordinárias Anual; Relatório de Gestão 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/arquivos/relatoriodegest.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2015. p. 1-264.

Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA), Garantia Safra, 2012. Disponível em: [www.Mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf – garantia/sobreoprograma](http://www.Mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobreoprograma). Acesso 12 de maio de 2015.

MONTALI, Lilia; TAVARES, Marcelo. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Rev. Bra. Est. Pop. v. 25, nº2, Jul/dez 2008. p. 211-231.

MOURA, Paulo Gabriel Martins de. Bolsa família: projeto social ou marketing político? Rev. katálysis, Jun 2007, vol.10, nº.1, p.115-122.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. P. 233.

PONTES, Emílio T. Mendes; MACHADO, Tiago Adriano. Programa um milhão de cisternas rurais no Nordeste brasileiro: políticas, desenvolvimento sustentável e convivência com o semi-árido. São Paulo: XIX ENGA, 2009. p.1-25.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza. In Economia Espacial: Críticas e Alternativas. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 13 - 40.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). Território Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SENNA, Mônica de Castro Maia et al. Programa bolsa família:nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. Rev. katálysis, Jun 2007, vol.10, nº.1, p.86-94.

SILVA, Maria Ozanira de S. O Bolsa família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil.São Luis/MA: Ciência e Saúde Coletiva, 2007. p. 1429-1439.

SOBEL, Tiago Farias; GONÇALVES, Michela B. Camboim; COSTA, Ecio de Farias. Evolução e caracterização dos níveis de pobreza no Nordeste entre 1995 e 2005. Piracicaba/SP: RESR, 2010. p. 64-84.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão na literatura. Porto Alegre: Sociologias, Jul/dez 2006. p. 20-45.

SOUZA, Marcelo José L. de. CASTRO, Iná Elias de. CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In* Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77 – 116.

SOUZA, Pedro Herculano G. Ferreira de. OSORIO, Rafael Guerreiro. (Orgs). O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. *In* Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. São Paulo: IPEA, 2013, p. 137-155.

TREVISAN, Andrei Pittal; BELEN, Hans M. Van. Avaliação de Políticas Públicas: Uma revisão teórica de um campo em construção. Rio de Janeiro: RAP (Revista de Administração Pública), 2008.p.530-550.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. *Sur, Rev. int. direitos humanos*, Jun 2006, vol.3, no.4, p.144-159.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. O Programa Bolsa Família: Lições da experiência alemã. *Revista espaço acadêmico*, 2009.p. 55-60.